

GERAL

ESPECIAL: Campo de Manobras: audiência nessa terça-feira faz renascer a esperança de solucionar o imbróglgio que já dura quase seis décadas

Mauro J. Furtado



Na questão envolvendo o Campo de Instrução Marechal Hermes, encontramos todos os casos relacionados com a compra, venda, invasão, usucapião, doação, ocupação ilegal de terras e uso indevido de patrimônio alheio, com exploração comercial através da retirada de madeira e erva mate e plantio de soja, com o agravante adicional de suspeita de uso de propina envolvendo o próprio comando da instituição. E cessão de terras para cultivo de soja através de licitação fraudulenta, onde o(a) beneficiado (a) vencedor (a) é a esposa de um dos militares que comandam o grupamento.

Em 1956, a empresa Lumber, proprietária de serrarias na região do planalto norte, devolveu ao governo federal a área que ocupava através de concessão para a exploração comercial de madeira. O objetivo do governo era ceder a área ao Exército Nacional para implantar ali o campo de manobras militares. Ocorre que, segundo avaliação estratégica, a área era insuficiente para tal fim, então, decidiu-se desapropriar mais alguns milhares de alqueires de terras contíguas para completar o espaço que se considerava necessário.

Em princípio, como em qualquer desapropriação, o governo deveria pagar aos donos do terreno o valor de mercado, o valor justo pela área desapropriada, mas não o fez.

IMBRÓGLIO NA DOCUMENTAÇÃO

Entre os legítimos ocupantes das terras havia aqueles que possuíam documentos (escrituras), havia posseiros, havia empregados das grandes fazendas aquinhoados com pequenas glebas para plantio de sobrevivência, havia herdeiros do Contestado, pessoas que ficaram por ali após a guerra que estabeleceu as divisas; havia casas com lustres e vidros trabalhados e havia casebres cobertos de sapé.

Era uma área voltada à agricultura, criação de gado e exploração de erva mate e madeira.

Talvez o fato que mais tenha dificultado um acordo com o governo na questão dos pagamentos das indenizações tenha sido, justamente, a existência de famílias de diferentes classes sociais. Enquanto para alguns, aqueles mais pobres, o valor oferecido podia ser considerado bom, para outros, os mais abastados,

tratava-se de “ninharia”. Há casos em que o governo ofereceu valor equivalente à despesa de medição dos terrenos e, evidentemente, aquelas famílias mais ricas não aceitaram esses valores.

Verdade é que, enquanto a maioria das famílias saiu da área, algumas por vontade própria, outras sob a ameaça das baionetas, há aquelas que insistiram em continuar explorando as terras, desafiando as ordens, até mesmo comercializando sua produção com o próprio Exército.

Há as que têm seus títulos de posse devidamente registrados em cartório, há as que desistiram de brigar por não terem documentos legítimos; há as que julgaram mais cômodo simplesmente esquecer o caso e procurar outros meios de sobrevivência.

Há que se considerar, e muito, o fato de, na época, os próprios cartórios terem dificuldade para estabelecer medidas e tamanhos exatos das áreas e o governo não ter sequer a noção exata de sua localização. Não havia mapas confiáveis e, hoje, discute-se a razão de cada um em virtude, também, de toda a incerteza que cerca a questão. Os que possuem documentos brigam baseados em fatos, números e dados concretos, mas a grande maioria, aqueles menos esclarecidos, nem toma conhecimento da possibilidade de reaver suas propriedades ou de receber, mesmo que tardiamente, a indenização, pois não possuem documentos legais.

Assim, apenas aquelas famílias mais ricas ainda nutrem a esperança de, um dia, fazerem valer seus direitos.

MAIS UMA TENTATIVA



Na audiência desta terça-feira, 14 de outubro de 2014, na Câmara de Vereadores de Papanduva, com a presença da Comissão da Verdade, da TV Assembleia e outros órgãos de imprensa, de proprietários e herdeiros lesados pelo Exército, de autoridades e enviados especiais de vários segmentos sociais; de políticos e de lideranças religiosas, sob lágrimas e depoimentos pitorescos e emocionantes e em clima de “agora vai”, renasceu, mais uma vez, a esperança de solução para um caso que, aparentemente, não tem solução.

Sob o pretexto de estar liderando um movimento que deveria beneficiar todos os envolvidos, indistintamente, 3 ou 4 herdeiros que sabem falar e pegar um microfone, chamaram para si a atenção ao discurso explicitamente direcionado a defender os seus próprios interesses.

Narrativas emocionantes ou engraçadas, cheias de ódio e sentimento de vingança, procuravam colocar o público presente, principalmente o grupo da Comissão da Verdade e os representantes políticos, a par da realidade que poucas pessoas conhecem.

Nestes 58 anos de “guerra” entre os proprietários e o “glorioso” Exército Nacional, muita água correu embaixo e em cima da ponte do Rio da Ponte.



BATATA QUENTE!

Desapropriados do Campo de Manobras exigem providências do Governo Federal

(Esta matéria foi publicada em 2007, logo após a invasão do MST – Movimento dos Sem Terra, à área do campo de manobras que abrange três municípios do planalto norte catarinense).

No Plenário da Casa Legislativa, completamente lotado, pessoas educadas, outras nem tanto, cobravam uma solução para o problema das terras do Campo de Manobras Marechal Hermes, usurpadas, há 51 anos, no Governo Juscelino Kubistchek de Oliveira, e ocupadas efetivamente pelo Exército Brasileiro durante a ditadura militar.

Essas terras foram desapropriadas pela União, em 1956/57, mas permaneceram à disposição dos antigos proprietários até 1962, quando as Forças Armadas os desalojaram da área para construir ali um campo de treinamentos do exército.

O exército manifesta boa vontade de buscar uma solução, entendendo, inclusive, que NÃO precisa exatamente DESTA local para seus exercícios militares. Ocorre que, para a tecnologia bélica de 51 anos atrás, havia a necessidade de grandes áreas para treinamentos; hoje, com os novos tipos de armas desenvolvidos pelas indústrias do setor, não há mais a necessidade de um terreno tão grande. Assim, uma área menor, em outra região, satisfaz as necessidades do exército e o governo estaria disposto a negociar uma solução junto às famílias e herdeiros dos antigos proprietários que até hoje NÃO receberam as indenizações devidas pela União. Desta forma, a invasão promovida pelo MST neste 14 de abril pode, até mesmo, prejudicar as negociações, já que, por mais boa vontade que os militares possam ter, jamais aceitariam a pressão imposta pelos Sem-terra. É, para todos os efeitos legais, segundo o comando do exército, uma área federal que está **sob a jurisdição do exército**. *(Opinião de um político que acompanhou o evento)*

A entrada é proibida e, quem entrar, vai mesmo sair a ferro e fogo, conforme declarou ao Correio do Contestado o Coronel Marco Aurélio, comandante da operação que desalojou os Sem-terra na recente invasão.

VERGONHA NACIONAL

Mais uma. Este caso é mais uma das tantas vergonhas que a Ditadura Militar nos legou.

A área foi desapropriada, mas não foi paga. Aconteceu um CALOTE. São cerca de duas mil pessoas, hoje, entre herdeiros e proprietários ainda vivos, que foram lesados nos seus direitos. Em 1986 quando, depois de infrutíferas tentativas de reaver suas terras ou o pagamento justo e merecido pelo que lhes foi tirado, dezenas de famílias ocuparam a área que continuava, na prática, sendo sua, foram expulsos à golpes de baioneta pelo exército. Isto é, foram expulsos de suas próprias terras.

Muitas famílias já haviam recebido a referida indenização; outras, haviam perdido, de certa forma, a esperança, e desistido das reivindicações.

- O exército está alugando, arrendando, cedendo por interesses comerciais ou políticos, ou quaisquer outros interesses desconhecidos, parte das terras para agricultores da região, incluindo alguns dos principais antigos proprietários e, especificamente, a família que tem a maior área envolvida no imbróglgio para o cultivo de lavouras ou criação de gado;

- O exército está agindo arbitrariamente em todos os sentidos, pois tenta manter uma área que DOCUMENTALMENTE não é sua, sob o pretexto de cumprir a LEI; Lei que ele próprio não está cumprindo.

- As tentativas de acordos judiciais que têm sido realizadas em Brasília são repelidas, com ameaças de prisão aos advogados representantes dos herdeiros e aos ex-proprietários das terras;

- Os membros do MST – Movimento dos Sem Terra, que de bobos não têm nada, aproveitam a “carona” e invadem a área com objetivos de assentar ali centenas de famílias para promover e resgatar a FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA;

- Os soldados, os tanques, blindados e fuzis não precisam escolher a sua mira: cospem fogo para a frente e para todos os lados e salve-se quem puder: estão seguindo ordens, não importa se são “pobres desabrigados” ou os “ricos desapropriados”. E NÃO SE PODE DEIXAR OS MILICOS REVOLTADOS.

DEPOIMENTOS/SUGESTÕES

Uma das sugestões apresentadas na audiência promovida pela Câmara de Vereadores de Papanduva é de que se poderia revogar o decreto que promoveu a desapropriação, isto é, fica o dito pelo não dito: o governo devolve as terras e liquida o assunto. E aí, como é que fica? Algumas famílias que receberam a indenização voltariam para suas terras e sairiam no lucro; teriam recebido um presente de Papai Noel. Para as que não receberam seria feita a justiça e, aquelas que nem existem mais ou estão perdidas por aí, deixariam uma área de mão beijada para o MST e a “função social da terra” estaria cumprida?

Haveria injustiça na redistribuição da área, podendo levar a conflitos violentos e até mortes se cada caso em particular não for resolvido a contento.

O Sr. Gerson Wojciechowski, bastante alterado, inclusive com a imprensa, declara: “Vai dar morte e eu, inclusive, não vou morrer sem levar um junto comigo”.

A minha sogra recebeu 80%, deu R\$ 380 mil cruzeiros dia 24 de janeiro de 1964 e a parte do perito que fez a avaliação deu R\$ 503 mil, meio mês depois. É a mesma coisa que você encostar o carro para consertar um pneu e ter que vender o veículo para pagar o conserto. Culpa dos advogados.

O Governo não pode simplesmente abrir mão do seu patrimônio!!!

Depois de novo “vozerio irritado” dos presentes, Gerson levantou de sua cadeira e dirigiu-se em tom ameaçador ao autor da frase:

- Mas que patrimônio? Do exército? Olha, infelizmente você, como vereador, não sabe das coisas e fala. Você não sabe da verdade.

CONFUSÃO GENERALIZADA

Com a confusão tomando conta do ambiente, foi necessária a intervenção do Presidente da Câmara para que o Sr. Hebrahin Gonçalves de Oliveira, um dos herdeiros, muito educado, pudesse dar o seu depoimento:

“Em 1986, quando nós fizemos aquele movimento para tentar uma solução para o caso, fomos ao Presidente da República, que fez um despacho para o Incra resolver o assunto e foi decidido que a Dra. Ella W. W. de Castilho, (Procuradora) fosse a Brasília, onde convenceu o Ministro do Exército que era melhor devolver a área para os legítimos proprietários e o Ministro Leônidas Pires concordou; eu tenho um documento dele, comprovando que não era ruim a ideia levantada pelo reivindicante de uma permuta de área que atendesse as duas partes. Assim que o Estado fornecesse uma área eles transfeririam o campo de manobras e devolveriam a área para nós. Aí fomos chamados na Procuradoria da República em Santa Catarina e o Dr. Rui Subake fez uma proposta para nós de devolução da área desde que nós não reclamássemos as perdas dos anos que nós deixamos de usar as terras e as benfeitorias, os pinheiros, a erva-mate, e arrendamento da terra que havia sido feito. Então, todos concordaram em voltar para a terra na situação em que ela se encontrava, sem benfeitorias, sem os pinheiros, sem erva-mate, aí o Dr. Rui falou que era um acordo feito à facção, que o nosso direito era voltar para a terra, a devolução da terra, e a indenização pelo tempo em que eles usaram o terreno, mas se nós aceitássemos a devolução assim, sem ônus para a União, eles a devolveriam. Fizemos esse acordo através do advogado Dr. Francisco Vital Pereira que foi junto conosco e, três meses depois, quando voltei a Procuradoria, o Dr. Rui me mostrou o documento que ele recebeu do Ministério do Exército dizendo que a proposta da Procuradoria da República estava oficializando o roubo do exército em cima da área pela venda dos pinheiros e demolição das benfeitorias que existiam na área. Dessa maneira, não devolveriam mais o terreno e puseram um “marco zero” na história e acabou encerrando todo o processo pelo qual nós lutamos tanto e deixaram de devolver a terra para os legítimos proprietários. Então, como se vê, a gente já chegou a um ponto de acordo para devolver a terra e simplesmente o Exército voltou atrás e disse que não devolveria mais”.

Hebrahin – *“Ela foi avisada de que a Procuradora esteve conversando com o Ministro Leônidas Pires e eu fui chamado no dia 04 de abril de 1987 pelo Diretor Geral de Patrimônio do Ministério do Exército, em Brasília. Inclusive, a Dra. Ella me alertou: leve advogado que o senhor vai ser preso”.*

Então eu levei o Dr. Francisco comigo, o Sr. Acácio Pereira também foi junto comigo e é testemunha. Eu fui interrogado durante três horas e quinze minutos por dois generais e dois coronéis. O General do momento estava transmitindo o cargo para o General Oswaldo Pereira Gomes e o Coronel Calazans, que era assessor de gabinete do Ministro do Exército, estava presente e o Coronel Vianna, que era assessor de gabinete do Diretor de Patrimônio. Tivemos três horas e quinze minutos de audiência com eles. Na minha saída ele agradeceu, dizendo que eu esclareci fatos obscuros que eles não sabiam do que vinha ocorrendo aqui, dos aluguéis de terras e vendas de pinheiros. Nós temos aqui uma pessoa, que até citei o nome dele para o General, que cortou madeira durante cinco anos dentro do campo, chegou a cortar madeira do terreno do pai dele para ser vendida pelo exército. Então é isso que dói na alma. Falei para o General: eu pago uma passagem para essa pessoa vir confirmar o que eu estou dizendo. Acabaram me agradecendo e disseram para eu voltar e continuar lutando que não ia me acontecer nada. Eu fui lá para ser preso, a própria Procuradora da República falou que eu ia ser preso em Brasília”.

Prefeito Humberto Ribas – *“Acho que, mais cedo ou mais tarde, vai ter que ter uma solução jurídica, porque não é possível uma injustiça, uma incoerência tão grande. Esse assunto ainda não chegou na grande mídia, o povo brasileiro precisa saber o que está acontecendo e a Nação vai ficar estarelecida quando souber disso. O município está sendo prejudicado, pois se trata de uma área que deixa de ser produtiva; por outro lado, o terreno está sendo preservado, é uma área que não foi degradada, mas, é uma região que poderia estar produzindo recursos, gerando empregos, então espero que, mais cedo ou mais tarde, se sensibilize os dirigentes do exército, que são setores que têm que acatar as decisões judiciais”.*

(Nota do Editor – Lembramos ao prefeito que, agora, o assunto está ganhando manchetes à nível nacional; foi, inclusive veiculado pela Rede Globo de Televisão com imagens, mapas e comentários à respeito;

apontamos, também, que com a reunião presente, agora são duas grandes forças lutando com o mesmo objetivo: o MST e as famílias expropriadas da área e que a solução pode estar próxima)

- **Prefeito Humberto Ribas** – *“O que o MST reivindica é terra pra eles, tudo bem, serve pra chamar a atenção, mas o que se tem que considerar é a maneira como foi feito tudo isso; as pessoas foram expulsas à tiro de canhão e metralhadora e não foram indenizadas e muitas foram expulsas fora dos limites do decreto presidencial da época; pessoas que continuam pagando os impostos e não podem entrar porque, simplesmente, o exército não deixa. E nem fazem parte do decreto; é como se nós desapropriássemos um alqueire e ocupássemos dois. Quem estivesse dentro dessa segunda área não teria nada a ver com o caso e estaria sendo impedido de entrar”.*

FURTO DO PRÓPRIO PATRIMÔNIO E CRIME AMBIENTAL?

A advogada Mariângela Senna abordou um caso que diz bem o que está se passando na área do exército. Ela defende um cliente, ex-proprietário de terras no campo de manobras, que está sendo acusado de furto de madeiras do seu próprio terreno. A área em que isto ocorreu não está sendo usada pelo exército e, ou é ainda do antigo proprietário, já que ele não recebeu a indenização, ou é terra de ninguém, já que o exército não tomou posse daquela parte da área. O agricultor corre o risco de ser preso por retirar madeira do seu próprio terreno. Além disso, está sendo processado por crime ambiental. Pode ir parar na cadeia. Isto é: não pode mexer no que é seu, pois, se mexer, vai para cadeia.

NÃO DÁ PRA BRIGAR COM OS MILITARES

Do Editor – Os homens mandam e nós obedecemos. Não se pode querer BRIGAR com os militares, eles são mais poderosos do que nós. E têm armas. Não se brinca com militares que mandam mais na Nação do que o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Em tese, as Forças Armadas devem obediência ao Judiciário, mas, na prática, são eles que mandam. Portanto, tem-se que explorar o fato de que os militares devem procurar um convívio pacífico com a sociedade, devem preservar a sua imagem de corporação honesta e decente e devem resgatar, democraticamente, a injustiça que foi cometida no passado.

Que tenham a necessária humildade e vergonha na cara para entenderem que foi cometido um erro e que esse erro deve ser corrigido. Só depende deles. Podem mudar-se de um local hoje extremamente valorizado para a agropecuária e que eles não precisam, pois é maior que a sua necessidade, para uma região onde eles possam fazer os seus treinamentos, em terrenos mais baratos, sem prejudicar a sociedade que eles têm a obrigação de defender. Ou podem, simplesmente, pagar as indenizações devidas e liquidar o assunto. O que não podem é seguir na filosofia de que são donos de uma área que não pagaram, expulsar antigos proprietários que, em manifestação pacífica, reivindicam seus direitos, e usar a força das armas para afastar famílias desabrigadas. Por outro lado, cabe à sociedade, e aos Sem-Terra em particular, usar a inteligência nas suas reivindicações, pois, jamais os comandantes militares irão se submeter à pressão de invasores, por mais desmoralizados que eles possam estar junto à sociedade. Ou seja, mesmo sabendo que estão errados, não abaixarão as armas.

Queremos acreditar que, agora, meio caminho já foi percorrido. A invasão dos Sem-terra foi destaque na imprensa nacional e, nada melhor que a imprensa, que documentou a invasão e levou o assunto ao conhecimento do grande público brasileiro, para fazer eco aos movimentos patrocinados pelos políticos e pelos manifestantes que nada mais querem do que garantir o uso da terra para quem tem direito sobre ela e dela necessitam mais do que o exército. Vandalismos, quebra-quebras e guerras psicológicas à parte, ações condenadas pela sociedade, o Campo de Manobras Marechal Hermes da Fonseca, através dos seus comandantes, tem que oferecer uma solução definitiva ao caso, briga que se arrasta há mais de cinquenta anos.

MST INVADE CAMPO DE MANOBRAS DO EXÉRCITO

Centenas de ativistas dos Sem-Terra permaneceram por mais de 48 horas na área da União, nos municípios de Papanduva e Três Barras.



Invasão começou no sábado, 14 de abril, às 15 horas. Até a tarde de domingo, o clima era de calma e normalidade, quando a chegada do exército, com tanques, carros blindados e cerca de 2 mil soldados armados com fuzis e metralhadoras obrigou os manifestantes a abandonarem o local.



Uma força militar muito bem preparada, da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, deu prazo para a retirada pacífica dos acampados até às 15 horas de segunda-feira, 16 de abril.

Os números são um pouco contraditórios. Segundo o representante dos Sem-Terra que atendeu a nossa reportagem, cerca de 900 famílias, ou 4 mil pessoas, estavam acampados no terreno onde o exército realiza seus treinamentos, e a força militar presente chegava a 2 mil soldados e oficiais. Declarou, ainda, que não tinha conhecimento de que, ao longo dos 23 anos de existência do MST, uma invasão como essa tivesse conotação tão pesada, perigosa e violenta. O Coronel Marco Aurélio, comandante da operação, que também atendeu gentilmente o Correio do Contestado, não concordou inteiramente com esses números, admitindo, todavia, que o grupo era forte e estava pronto para qualquer tipo de ação.

Não pudemos, infelizmente, comprovar in loco esses números, pois não foi permitida a entrada da imprensa, nem dos políticos presentes, muito menos dos representantes do INCRA. O próprio negociador dos Sem-terra, que obteve permissão para sair em busca de ônibus e outros meios para retirar o pessoal da área, não conseguiu mais entrar, tendo ficado do lado de fora, sendo permitida apenas a entrada dos ônibus e carros. Na saída da caravana observamos números condizentes com os declarados pelos políticos presentes: cerca de 15 ônibus lotados e vários veículos de passeio, além de algumas motos, o que permitia calcular em cerca de 1.200 pessoas o total, com muitas mulheres e crianças. Assim, concluímos que a operação militar pode não ter sido tão transparente e pacífica como declaram os comandantes, pois, nada melhor que imagens para mostrar o que realmente estava ocorrendo. O interlocutor do Movimento fala em violência, “Operação de Guerra”, cerco total, ameaças de morte e privação do fornecimento de água; nenhum desses fatos foi confirmado pelo Coronel.

Conversamos, também, com o Deputado Federal Claudio Vignatti, que acompanhava o movimento do lado de fora.

Correio do Contestado – Deputado, a ocupação não tem como objetivo ficar na terra, seria mais um ato de protesto pacífico para chamar a atenção da sociedade?

Deputado – *Tinha como objetivo ficar, mas o exército não permitiu uma negociação com o pessoal ficando em cima da terra. Inclusive, na madrugada, até iniciar a negociação ontem(domingo) à noite, usou de artifícios militares, de pressão psicológica através do carro tanque e outros instrumentos que acabaram usando para isto.*

Correio – É verdade que cercaram a área, não deixando ninguém entrar para pegar comida, água, etc.?

Deputado – *Ninguém, nem as autoridades para acompanhar o processo de negociação, durante o dia.*

Correio – Foi uma decisão arbitrária, então, do exército?

Deputado – *Foi. Não deixaram nem o pessoal do INCRA entrar, nem outras autoridades, ninguém que pudesse intermediar o processo de negociação e acompanhar a saída do pessoal. Tem-se que estabelecer um processo de negociação. O Exército, mesmo que tenha autonomia, está subordinado à Presidência da República. Essa ocupação mostrou a necessidade da negociação. É uma área que pode ser desapropriada, parcialmente, e negociada com o MST, e esse mecanismo deve ser estabelecido de agora em diante. O INCRA pode oferecer uma nova área e, dentro dessa nova possibilidade, trabalhar para que atenda os interesses da sociedade.*

Correio – O MST, desde antes da ascensão do Lula à Presidência, tem uma conotação de vandalismo, quebra-quebra; houve vários casos de ocupações e desocupações violentas, por isto uma grande parte da sociedade é contra o movimento, pela sua forma de atuar. Nesse caso de hoje o senhor daria essa conotação, ou diria que é um ato mais de política, pressão, uma manifestação pacífica com o objetivo de ocupar e ficar na terra, mas sem quebra-quebra?

Deputado – *O MST é um movimento respeitado no mundo inteiro. É um dos principais movimentos sociais na luta pela terra. No Brasil, ele cumpre um papel importantíssimo porque as propriedades estão cada vez mais se internacionalizando, aumentando cada vez mais o seu tamanho e ficando nas mãos de grandes latifundiários que não precisam da terra para sobreviver e estão se apropriando dela como capitalização. O MST, para a sociedade brasileira, faz um grande benefício porque, muitas vezes, ele assusta a possibilidade da compra internacional, da apropriação da terra que pode servir a milhares de pessoas e ficariam nas mãos de alguns poucos, ou de uma pessoa só, gerando grandes lucros.*

Essa é a compreensão que nós temos que ter do caso.

Correio – De uma forma ou de outra, ele ajuda na redistribuição de renda.

Deputado – *Sem dúvida. Vamos imaginar que tenha 400 famílias assentadas aqui. Quanto de dinheiro mais iria circular no município de Papanduva e seus vizinhos, com todas essas pessoas comprando e gastando aqui? Então você imagina o quanto a sociedade de Papanduva ganharia com 400 famílias morando aqui. É esse cálculo que temos que fazer porque é essa a função social da terra.*

Correio – Isto tem acontecido no mundo inteiro, na verdade, mas com predominância em países emergentes, com menor população e onde existe mais terra para ser distribuída ou acontece por igual nos países ricos?

Deputado – *O movimento pela terra cada vez mais vai retomar o mundo. Na Europa está centralizada a questão da propriedade nas mãos de poucos e, com o tempo, o pessoal volta a cuidar da terra. A redistribuição vai acabar acontecendo.*

Correio – Penso que esta é a segunda grande luta do homem nos dias de hoje; a primeira, a luta pela água e conservação do patrimônio natural, como garantia de vida, e a segunda, a redistribuição dos bens materiais e, nesse sentido, o MST está dando uma contribuição importante.

Deputado – *Fundamental, sem dúvida alguma.*

NOITE DE TERROR

Conversamos com o negociador do MST, Alfredo Anselmo de Miranda, popular Índio, para ouvir a versão dos integrantes do movimento.

Correio – Boa tarde. Como é seu nome?

Índio – *Meu nome é MST – Movimento dos Sem Terra. (Risos)*

Correio – Mas o nome de batismo, de família.

Índio – *Alfredo Anselmo de Miranda. O índio.*

Correio – (Para a assessora de Anselmo) – E o seu?

Assessora – *Rosi. Rosi Bueno.*

Correio – Como está a negociação para a saída do pessoal?

Índio – *A gente tem uma discussão dessa área do exército já de 4 anos, foi entregue um papel para o Ministro José Alencar, das Forças Armadas, na época, a gente fez uma reivindicação e recebeu uma proposta de 30 mil hectares na Amazônia, mas nosso povo é de outra realidade, outra cultura, então acabamos não aceitando; lá também tem sem-terra, então que assentem o pessoal de lá; a gente tem uma longa discussão de 4 anos, à nível estadual, com várias entidades sociais; em todo o planalto norte foi realizado um trabalho de base com as famílias, junto aos órgãos sociais, e a gente fez o que o movimento mais faz, que é ocupar o latifúndio, que aqui é um latifúndio, sendo que está em poder do exército uma área de 13 a 15 mil hectares, que nem eles sabem bem quanto dá, que está a serviço do agronegócio, está produzindo e a parte que o exército utiliza eles alegam que está cheio de bombas (minas), inutilizável para agricultura, mas é só entrar lá e ver a produção que tiram dali.*

Correio – Tem uma parte, inclusive, que está sendo arrendada para agricultura?

Rosi Bueno – *(assessorando Anselmo)- Eles alegam que nós não podemos ficar aqui porque a área tem bombas, mas o gado está lá.*

Correio – E não morreu nenhuma vaca explodida, ainda? (Risos).

Índio – *E nem as caminhonetes importadas dos caras, também não explodiram.*

Correio – E vocês querem terra boa, produtiva, na Amazônia não serve? Lá a terra é boa, mas não tem acesso, não tem infraestrutura, não é isso?

Índio – *Na verdade não seria a questão da Amazônia, mas isto é que coube no processo de negociação junto às entidades, junto ao Incra, junto ao Governo, mas o nosso povo é daqui, é outra realidade, tem que ser terra aqui, nossa cultura é aqui. Então a nossa reivindicação é por terra daqui, esta área. O próprio comandante do exército falou que seria um pecado, seria caótico, uma área como essa ser utilizada apenas para treinamentos militares. O exército não precisa de toda essa área para simplesmente fazer manobras. Então o pessoal está negociando em Brasília, em vários locais, acionaram o ministro, para assentar em torno de 400 a 500 famílias aqui. Não vamos arriar, a negociação vai continuar.*

Correio – Você é um dos representantes do MST ou é “o” representante?

(Anselmo havia saído para providenciar ônibus para a retirada e não obteve permissão para entrar novamente no acampamento).

Índio – *Na verdade a coordenação do MST é muito grande. Nós somos um movimento social, são várias famílias que atuam na coordenação. Eu atuo na militância do MST.*

Correio – O tratamento que os militares deram para vocês como foi? Quando vocês vieram?

Índio – *Nós viemos no sábado, durante a madrugada, começamos a ocupação por volta de 3:30h da manhã; até às 4 horas da tarde de domingo tudo correu pacificamente, quando começou a se reunir o exército. Aí o pessoal (do exército) foi chegando, veio soldado de Curitiba, de Porto União, foram chegando, à partir das 5 horas estavam quase cem por cento estruturado, segundo o comandante; em grande número.*

Correio – Quantos?

Índio – *Na verdade a gente não tem um cálculo, mas, se imagina uns dois mil soldados.*

Correio – Dois mil soldados?

Índio – *Dois mil soldados que tem aqui dentro. Um dinheiro que poderia estar fazendo uma função social...*

Correio – E vocês estavam em quantos?

Índio – *Nós estaríamos, aí, entre entidades de apoio, tudo junto, umas 800 ou 900 famílias, mais ou menos.*

Correio – Umas 4 mil pessoas, mais ou menos?

Índio – *É, mais ou menos, por aí, né.*

Correio – Um soldado armado de fuzil para cada dois acampados sem armas?

Vocês estão armados, ou só tem facão, foice e força?

Índio – *Na verdade o tratamento que o exército fez foi uma situação caótica, não é o que eles dizem, que defendem a Pátria...*

Correio – Vocês estão armados?

Índio – *...Ele demonstrou verdadeiramente o papel dele de defender, de estar a serviço do capital, do agronegócio...*

Correio – Vocês estão armados com que tipo de armas?

Índio – *...Nossa arma é a inteligência e a força física; nós queremos negociar, estamos reivindicando uma área para assentar 400 famílias. O que eles fizeram com as famílias é só quem viveu na prática a guerra psicológica que eles fizeram é que um dia vai poder contar, vai poder contar para seus filhos, seus netos.*

Rosi Bueno – *Na verdade foi uma continuidade da Guerra do Contestado até hoje, né, Índio.*

Índio – *Na verdade o MST hoje em nível nacional tem 23 anos e nunca foi realizada uma ocupação como essa, numa área do exército, e nunca sofremos tanta ameaça e tanta pressão psicológica, como sofremos agora.*

Correio – Você diz que, em 23 anos do movimento, esse foi o momento mais difícil, que eles usaram mais de força e pressão psicológica?

Índio – *Foi uma humilhação, chegando até a usar o nome do nosso Pai lá em cima, Jesus Cristo, que era pra nós escolher, para nossas crianças e mulheres escolherem se queriam exatamente o massacre que iria ocorrer na noite, a dor da noite, o sangue da noite, ou se preferiam sair da área. Tentaram de todas as formas que chegou num ponto que muitas famílias, pessoas idosas, se desesperaram, uns tentando fugir pela mata, outros chorando, crianças perdidas das mães, a gente controlando a situação. Colocaram que a coordenação do movimento dos sem-terra, a direção, estava abandonando o povo; em momento nenhum; estamos firmes, estamos negociando, estão aqui dentro, agora o pessoal está lá fora também, negociando em Brasília, vamos negociar, vamos fazer o possível para assentar essas famílias; nós vamos sair daqui de cabeça erguida, tivemos vários objetivos conquistados, vários objetivos que foram atingidos; às vezes a gente ocupa uma terra e leva até um ano para começar a negociar, aqui já estamos a caminho e vamos negociar.*

Correio – Daqui vocês vão para onde?

Índio – *Não sei... (posteriormente soubemos que seguiram para uma fazenda no município de Irineópolis onde chegaram no início da madrugada e ocuparam uma área de cultivo de soja de 300 hectares).*

Correio – O exército tinha armamento pesado?

Índio – *Na verdade tinha fuzil, canhão, carro forte, metralhadoras, tanque de guerra, tinha tudo isso (A reportagem comprovou, inclusive com fotos, a existência dessas armas no local).*

Correio – Então foi uma operação de guerra? Dois mil soldados armados de canhão e tanque contra acampados indefesos e desarmados?

Índio – *Operação de Guerra ficaria até um nome meio bonito para o que eles fizeram.*

Correio – O pessoal de vocês tinha arma de fogo?

Índio – *Nossas armas, como disse, são a força física, a inteligência, a negociação.*

Correio – Houve uma ameaça de massacre?

Índio – *Foi uma guerra psicológica.*

Correio – Mas, certamente, algumas pessoas mais ingênuas acreditavam, mesmo, que eles poderiam atirar, matar?

Índio – *Na verdade o nosso povo se comporta, é fácil atingir o psicológico das pessoas, mas a gente tem uma coordenação preparada, estruturada, um povo de consciência, de base, de luta, que controlou toda essa*

situação e estamos firmes, o pessoal está tranquilo, estamos saindo pacificamente, com a cabeça erguida e, pode apostar, a luta continua.

Correio – Eles não permitiram a entrada da imprensa, dos deputados, nem do Incra que poderia ajudar nas negociações. Eles diziam que estavam cumprindo ordens?

Índio – Não, eles diziam que não teriam muito o que vir de cima, eles diziam que estavam cumprindo o que foi designado a eles, que era tirar as famílias de qualquer maneira, de um jeito ou de outro eles iam cumprir, ou brutalmente ou pacificamente, e nós íamos assumir os atos, tanto físico como material. A gente percebe que tem soldados ali que são inexperientes, que começaram agora dentro do exército, que também está sob pressão dos comandantes, eles não preservaram os soldados, colocaram eles a noite inteira dentro do barulho, da fumaça, fizeram pressão psicológica em cima deles, pra ficar ali, e nós tranquilamente, não vamos provocar, esse é o nosso jogo.

Correio – Vocês tinham barracas armadas para o pessoal dormir?

Índio – Tinha barracas, a ideia era fazer um acampamento grande para 800 famílias.

Correio – Muito desconforto? Tinha barracas para todos?

Índio – Estava confortável, na verdade não é o conforto aconchegante de uma casa, mas todo mundo se alimentou, o setor de saúde cuidou das pessoas que precisaram ser atendidas no momento certo.

Correio – O setor de saúde de vocês ou o do exército? Eles ofereceram alguma assistência de saúde?

Índio – Ofereceu assistência: um canhão mirando para as famílias, dizendo que sai ou detona tudo, foi assim; que eu sei, nem para um bandido eles não podem apontar arma como eles fizeram, gritando: Xô! Xô!, mandando os soldados deles irem empurrando e mirando o canhão, o tanque para o povo. O representante deles não queria saber, foi firme, queria que nós saísse a noite com o povo na rua; nós ia apanhar, nós ia ficar ali, nós não ia sair; nós negociamos até o último e estamos saindo pacificamente e a negociação está continuando.

Correio – É verdade que eles impediram a entrada de água e comida?

Índio – Trancaram tudo, confinaram nós num espaço geográfico muito pequeno, deixaram a gente 14 horas sem água; comida nós tinha, porque a coordenação é organizada, a gente vai pronto para ficar. Mas, até pra fazer as nossas necessidades, toquemo de fazer por ali, em qualquer lugar; ficamos a noite toda sob tortura Mas, é isso aí, vamo continuar a negociação.

Correio – Então é isso aí. Obrigado, Índio.

A HISTÓRIA OFICIAL

Ouvimos em seguida o comandante da operação, Coronel Marco Aurélio que, em princípio relutou em dar a entrevista. Quando nos apresentamos como Jornal Correio do Contestado, sediado em Papanduva, prontificou-se, com muita cortesia, a conversar conosco.

O Coronel Marco Aurélio estava atuando sob o comando da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, responsável pela operação militar para desocupar a área do Campo de Manobras Marechal Hermes da Fonseca.

Correio – Nós temos duas versões: a dos políticos envolvidos e a dos sem-terra, falta-nos a sua versão, a oficial. Qual a sua avaliação sobre o movimento? Há mesmo 2 mil soldados aí dentro?

Coronel Marco Aurélio – Primeiro que não tem nada, o exército não tem nada, o Exército Brasileiro está dentro da Lei e da legalidade. Aqueles que estão fora da Lei, evidentemente, não sei de que lado estão. O Exército Brasileiro é servidor do Estado e da Nação Brasileira. Está acima disso. O efetivo é realmente um dado sigiloso, é bastante grande, mais tropas estão vindo e vão permanecer por um bom tempo aqui; estamos com bastante blindados aqui dentro e vamos permanecer até que a situação se acalme.

Estamos atentos a quaisquer outras tentativas de novas invasões como estávamos atentos à essa. Podemos agir da maneira correta e oportuna como realmente aconteceu.

Correio – Ficaram muitas famílias lá dentro ainda?

Coronel – Família nenhuma. Eu vim aqui fora justamente para mostrar para todo mundo que todo mundo saiu. Não ficou mais ninguém lá.

Correio – O exército vai permanecer aqui para a eventualidade de uma volta dos manifestantes?

Coronel – Vai permanecer por um bom tempo, vai continuar fazendo rodízio para manter a tranquilidade da área.

Correio – Eles falam de uma guerra psicológica, ameaças, pressão.

Coronel – Não, não. Tanto não houve que a negociação com eles ocorreu da forma mais tranquila possível; tanto nós cumprimos com o que acordamos com eles como eles cumpriram, tanto que saíram agora sem problema algum. Não houve nada. Houve a ação da tropa em termos de ocupar o terreno, se posicionar; isso aí é só militar, não tem nada de psicológico. Há um psicológico quando as pessoas trazem senhoras e crianças para uma área como essa aí e ficam colocando coisas; deixam eles aí sozinhos e aí vão dizer que houve pressão psicológica. Em absoluto. Eles dormiram a noite toda com tranquilidade, tiveram acesso à água.

Correio – Tiveram acesso à água?

Coronel – Normal. Tiveram acesso à água, puderam ir no rio pegar água sem problema nenhum.

Correio – Eles dizem que foi cercada uma área e impedido o acesso à água; comida eles tinham porque trouxeram. Dizem também que tinham que fazer suas necessidades fisiológicas em qualquer lugar porque havia um controle sobre o deslocamento deles.

Coronel – Sim, eles estavam isolados porque estavam numa área militar e eu precisava cercar o acesso, agora, quanto ao corte de água, necessidades fisiológicas, em absoluto.

As únicas pessoas com quem eles tiveram contato foi com o nosso grupo de negociação e foi tudo bem, graças a Deus, não houve problema nenhum; sempre há um ou outro que vai dizer alguma coisa, colocar dificuldades.

Correio – É por isto que estamos ouvindo os três lados envolvidos. Nenhuma violência, nenhuma necessidade de prisão?

Coronel – Graças a Deus, nem violência, nem prisão. Nós estávamos dentro da Lei; quem estava na ilegalidade era quem estava na nossa área.

Correio – Eles se comportaram bem? Foi uma manifestação pacífica ou houve ameaças de algum tipo de arma branca, foice, facão? Eles garantem que não tinham armas de fogo.

Coronel – Não, não, ameaças da parte deles não, foi tudo pacífico, tudo tranquilo. Uma invasão de uma área dessa não é uma atividade pacífica. Colocar crianças e pessoas idosas numa situação destas não é uma coisa pacífica.

Correio – É uma forma de pressão psicológica para o lado do exército, também, não é?

Coronel – Pode ser, não nos atingem, nós cumprimos uma missão técnica.

Correio – O representante do MST nos disse que, em 23 anos de atividades do movimento no Brasil, este foi o momento mais difícil, mais violento e com mais pressão e ameaças que ele já teve conhecimento. Disse inclusive, que os soldados falavam coisas do tipo: sua mãe, suas crianças vão ficar sozinhas, vocês vão se encontrar com Jesus Cristo, coisas do tipo. Segundo ele, esta foi a ocupação mais violenta e mais pesada em 23 anos do MST, e compara, ainda, à Guerra do Contestado.

Coronel – São coisas que não se comenta. O importante é que a operação está encerrada, nós estamos bem, graças a Deus saiu todo mundo feliz, tranquilo, e é isso aí. Uma operação dessas não tem muito mais coisas para se acrescentar.

Correio – Mais ou menos normal, para o exército. Serve como treinamento militar, também, já que aconteceu dentro de um campo de manobras?

Coronel – Também. Foi simplesmente uma operação para a desocupação de uma área, só isso aí. Negociada e de forma pacífica, como qualquer movimento reivindicatório.

Correio – Muito obrigado, Coronel, pela sua atenção e cortesia.

Confira imagens da ocupação:

EPÍLOGO

Como vimos, esta última audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Papanduva nesta terça-feira, 14/10/2014, foi alavancada em fatos reais e doloridos, em problema de difícil solução. Os depoimentos foram, basicamente, em cima de situações narradas com maior ou menor grau de intensidade e realismo. Desde a enfadonha e prolongada manifestação oral do senhor Edilson Schadeck e seus parentes, reivindicando soluções próprias para suas respectivas famílias; passando pelo depoimento dramático da Senhora Maria da Glória, viúva de Gerson Wochieskovski, que fez o público rir pela narrativa de sua visita, acompanhada pelo ex-deputado Haroldo Ferreira, ao ex-governador Jorge Bornhausen com um revólver calibre 38 escondido na bolsa, (que desistiu de usar na última hora) e, ao mesmo tempo, se emocionar solidariamente com suas lágrimas; pela narrativa do Pastor Fuchs, que teve prisão decretada e executada parcialmente por tentar ajudar os desapropriados; pelo singelo e abrangente depoimento do Senhor Hebrahin Gonçalves, um dos líderes mais atuantes do caso, a reunião serviu para, mais uma vez, levar ao Estado de Santa Catarina e ao Brasil a verdade

que o Exército Brasileiro e o Governo Federal tentam esconder do povo. Uma clara demonstração de que, apesar da democracia vigente, quem manda e decide no país ainda continua sendo a força militar, que não se submete nem mesmo ao poder central que, em tese, estaria hierarquicamente acima do seu comando. Note-se que a desapropriação ocorreu antes da ditadura, num governo civil, e, passados muitos anos de governo democrático, não se encontrou uma solução para o caso pela impostura radical do Exército.

O que pode ajudar na busca por uma solução agora é o fato ora desmascarado da atuação corrupta do comando do campo de manobras, com licitações fraudulentas e direcionadas, com propinas e desvios de dinheiro, com arrendamentos, acordos particulares e descaracterização do uso a que foi destinada a área desapropriada. O que de concreto pode ter sido conquistado, só o tempo dirá, mas, de agora em diante, trabalhar-se-á explicitamente em cima das irregularidades praticadas pelo até então Glorioso Exército Brasileiro.